

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DIRETA DA EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA PARA ACESSO A PLATAFORMA ELETRÔNICA DE PESQUISA, CAPACITAÇÃO, ORIENTAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES NA ÁREA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS



Assinado com senha por HELEN ROSE DA SILVA SARAIVA ALMEIDA(usuário), ANDREY DIEGO DA SILVA ALBUQUERQUE(usuário) e CRISTIANE GABY COIMBRA(usuário).
Use 2979843.19191774-4561 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>
Documento gerado por RICARDO DA SILVA LACERDA *Data e hora: 11/04/2022 11:11



PAPRO202103374V01



1 . DO OBJETO

Contratação direta de Solução Técnico Jurídica na Área de Licitações e Contratos que denomina: SOLLICITA, com acesso ilimitado às Orientações técnico-jurídicas; ao material de capacitação gravado, Pesquisa Avançada de acórdãos, jurisprudências, artigos e materiais correlatos; às Ferramentas de Gestão (Modelos, Banco de Penalidades, Fornecedores, Contador de Prazos, Analisador de Balanços e Agenda), aos Periódicos (Licicon, O Pregoeiro, Governança e Revista Negócios Públicos) e 6 Mentorias Jurídicas (constantes na observação da proposta), com vigência de 12 meses, nos termos e condições constantes neste Termo de Referência e seu ANEXO.

SOLLICITA	QUANTIDADE
Orientações técnicas	ILIMITADAS
Mentorias técnicas	6*
Plataforma Digital (orientação)	4 consulentes**
Plataforma Digital (usuários padrão)	ilimitado
Investimento total	R\$ 28.800,00***

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Justificativa da contratação

Considerando que é preciso conhecer e aplicar adequadamente o regime jurídico da contratação pública;

Considerando que a ordem jurídica que deve ser observada é complexa e repleta de leis, decretos, instruções e outros atos que coexistem e que devem ser concomitantemente aplicados;

Considerando que é preciso conhecer as orientações mais relevantes e atuais dos tribunais de contas, da jurisprudência e dos especialistas no assunto, que doutrinam nessa área;

Considerando que o processo de contratação pública é uma realidade em constante atualização, e os problemas e dúvidas não se esgotam, ao contrário, renovam-se;

Considerando que há grande variedade de objetos, soluções e serviços que diuturnamente são contratados, os quais envolvem, muitas vezes, regramentos específicos;

Considerando que o agente público deve garantir a eficiência da contratação e se prevenir de eventual responsabilização, administrativa ou por quaisquer órgãos fiscalizadores, pela inobservância de deveres e obrigações.

Faz-se necessária a presente contratação para proporcionar atualização aos servidores da área de Licitações/Contratos, Assessoria Jurídica e integrantes da equipe de planejamento, uma vez que



vivenciam situações das mais diversificadas possíveis, provocando constantes dúvidas para a tomada de decisão, o que se torna ainda mais complicado diante da dinamicidade da legislação.

Ademais, o exercício da competência do profissional da área de compras públicas e suas diversas fases de atuação demanda atualização constante de conhecimento. A tomada de decisões na Administração Pública exige uma avaliação criteriosa e representa responsabilidade para os que são investidos dessa competência.

O processo de contratação pública é um dos mais complexos dentro da estrutura administrativa, além de relacionar-se com múltiplas áreas do conhecimento, envolve a atuação de diversos setores e agentes, com experiências também diversas, sujeitos ao cometimento de erros que podem vir a comprometer os resultados e gerar responsabilizações. É necessário, portanto, conhecer e aplicar o regime jurídico da contratação pública.

A eficiência no setor público é um fator que muito se prima. Para tanto, os esforços de um bom gestor e sua equipe devem estar voltados para o mesmo objetivo: comprar pela proposta mais vantajosa, diminuindo custos e melhorando a qualidade, dentro do intervalo de tempo necessário.

É, portanto, fundamental para o fortalecimento da capacitação dos servidores a atualização constante, sendo a consolidação do conhecimento imprescindível para solucionar problemas e firmar as melhores práticas da Gestão Pública na área de licitações e contratos. Tão importante quanto o conhecimento é a obtenção à informação de forma rápida e segura, que possibilite o acesso a todos os assuntos que envolvem a contratação pública, atualizados e organizados, que auxilie rapidamente no deslinde de impasses e na solução de dúvidas do dia a dia, passíveis de gerar insegurança ou atrasar a contratação.

A presente contratação é de natureza estritamente técnica e necessária para o alcance do objetivo acima proposto, visto que se trata de ferramenta de grande valia para agregar entendimento, dados e informações necessárias à segurança dos processos internos, possibilitando, assim, o cumprimento das premissas obrigatórias nos contratos administrativos, facilitando as atividades diárias, possibilitando a rápida obtenção de informações e conferindo segurança à tomada de decisões.

Assim, a contratação dos serviços de uma empresa notoriamente especializada, criada com a missão de servir de suporte técnico à Administração Pública, na área de licitações e contratos administrativos, apresenta-se como uma solução viável para assegurar a eficiência do trabalho, o melhor investimento dos recursos públicos, a tomada de decisões mais seguras, diminuindo os riscos envolvendo o uso do dinheiro público, além de minimizar a possibilidade de responsabilizações e condenações.



2.2 Forma e o critério de seleção do fornecedor com a indicação da modalidade, o tipo de licitação e a forma de adjudicação

O objeto desse estudo enquadra-se na modalidade de contratação direta por inexigibilidade de licitação (art. 25, inciso II c/c art.13, inciso II e VI da Lei nº 8.666/1993.), uma vez que o serviço apresenta as seguintes características:

I - É técnico profissional especializado, de natureza singular;

II - O serviço é prestado de forma peculiar, diferenciada em face dos demais ofertados pelo mercado, e disponibilizado apenas pela empresa a ser contratada;

III - Não é possível estabelecer uma comparação objetiva, em termos de conteúdo, com os diversos serviços de consultoria prestados pelas empresas do ramo;

IV - A empresa prestadora dos serviços detém notória experiência, atuando a mais de 20 anos junto à Administração Pública, especialmente em matéria de licitações e contratos.

É impossível estabelecer critérios objetivos de comparação técnica para objetos dessa natureza, que dependem da capacidade e do desempenho do profissional que o executará. Portanto, qualquer tentativa de licitar serviço como este restaria frustrada, pela inviabilidade de processar-se o julgamento objetivo.

Ao realizar uma licitação para esse tipo de objeto, o procedimento de seleção objetiva (licitação) acaba sendo meramente pró forma e não cumpre com o objetivo de selecionar a melhor proposta, a mais vantajosa. Vale dizer, usar o procedimento equivocado – a licitação – fere a eficiência e a economicidade da contratação, porque não está a se preservar a melhor contratação, mas sim a mais barata (que não necessariamente vai refletir na melhor solução, porque a licitação não garante parâmetros objetivos para essa assertividade).

Sobre isso ainda, importa trazer o entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU:

Acórdão nº 851/2006 – TCU – 2ª Câmara

"As causas de inviabilidade de competição podem ser agrupadas em dois grandes grupos, tendo por critério a sua natureza. Há uma primeira espécie que envolve inviabilidade de competição derivada de circunstâncias atinentes ao sujeito a ser contratado. **A segunda espécie abrange os casos de inviabilidade de competição relacionada com a natureza do objeto a ser contratado.** Na primeira categoria, encontram-se os casos de inviabilidade de competição por ausência



de pluralidade de sujeitos em condição de contratação. São as hipóteses em que é irrelevante a natureza do objeto, eis que a inviabilidade de competição não decorre diretamente disso. Não é possível a competição porque existe um único sujeito para ser contratado. **Na segunda categoria, podem existir inúmeros sujeitos desempenhando a atividade que satisfaz o interesse público. O problema da inviabilidade de competição não é de natureza numérica, mas se relaciona com a natureza da atividade a ser desenvolvida ou de peculiaridade quanto à própria profissão desempenhada. Não é viável a competição porque características do objeto funcionam como causas impeditivas**". (TCU, Acórdão nº 851/2006, 2ª Câmara, Rel. Min. Lincoln Magalhães da Rocha, DOU de 18.04.2006.) (Grifamos)

2.3 Dos critérios técnicos de habilitação

Para que seja emitida a Nota de Empenho a proponente deverá comprovar, por meio de certidões, estar em dia com os seguintes tributos:

- I - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e suas alterações, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais;
- II - Declaração de que não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz;
- III - Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais, ou Positiva Com Efeitos de Negativa;
- IV - Certidão Negativa do FGTS, ou Positiva Com Efeitos de Negativa;
- V - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, ou Positiva Com Efeitos de Negativa.

2.4 Do impacto ambiental

A presente contratação está atenta às diretrizes de sustentabilidade socioambientais do Conselho Nacional de Justiça (Recomendação nº 11/2007) e do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Agenda Socioambiental), não havendo necessidade de providências para a solução a ser contratada, uma vez que a prestação do serviço ocorrerá por meio ensino a distância.

3. DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1. Especificação técnica detalhada do objeto

A assinatura de licença para o acesso a plataforma - www.sollicita.com.br, objeto da presente contratação, apresentará as seguintes ferramentas:



Sollicita Pesquisa (acesso ilimitado): Um avançado banco de dados composto de todo o acervo do Grupo Negócios Públicos em matéria de contratações públicas. Completo e dinâmico, o sistema utiliza o servidor Microsoft, viabilizando a pesquisa de informações por meio de diversas fontes, tais como: repertório jurisprudencial, legislação selecionada, manuais, Orientações Jurídicas e revistas: Licicon, Negócios Públicos, Governança e O Pregoeiro. Possibilita uma pesquisa sistematizada e inteligente em documentos pré-selecionados por serem pertinentes à atuação de compradores públicos, assessores, controladores e demais agentes envolvidos com a contratação pública,

Sollicita Orientações Técnicas (acesso ilimitado): Informações jurídicas apresentadas por um Corpo Técnico especializado em Licitações e Contratos administrativos, que além de auxiliar os profissionais responsáveis em sua rotina de análises e pesquisa, também viabilizam a localização ágil de informações (doutrina e jurisprudência), sempre auxiliando na tomada de decisões mais assertivas e seguras. Os serviços serão prestados por profissionais altamente especializados, com agilidade e segurança que os agentes públicos necessitam, nos seguintes formatos: - Pareceres Jurídicos: Elaborados em até 24 (vinte e quatro) horas úteis. - Respostas Objetivas: questões mais objetivas e pontuais respondidas de maneira clara e completa elaboradas em até 04 (quatro) horas úteis; WhatsApp 2 horas úteis.

Sollicita Agenda (acesso ilimitado): Trata-se de um aplicativo voltado a auxiliar o usuário em seus compromissos diários junto aos Órgãos/Entidades públicas. Com o Sollicita Agenda o servidor gerencia todas as suas ações diárias, conforme necessidade, planejamento e organização, a exemplo da visualização dos compromissos/programações mais recentes e da programação de atividades/compromissos com outros usuários do Sollicita. Dessa forma, a rotina dos agentes pode ser planejada, auxiliando o servidor a lembrar dos compromissos diários e dos prazos que estiverem sob sua responsabilidade

Sollicita Capacitação (acesso ilimitado): Disponibilização de palestras e cursos em mídia digital gravados, para o usuário assistir onde e quando desejar, levando aos agentes públicos o acervo de palestras proferidas nos diversos eventos do Grupo Negócios Públicos, possibilitando a atualização e a capacitação de todos os interessados a um custo mínimo e sem deslocamento;

Analizador de Balanços (acesso ilimitado): Ferramenta que permite aos Órgãos/Entidades Públicas a inclusão de informações contábeis, tais como ativo, passivo e patrimônio líquido; apresentando o respectivo índice contábil quanto ao desempenho financeiro dos fornecedores, disponibilizando, assim, dados relevantes para auxiliar o servidor na análise da habilitação econômica financeira dos licitantes. Esta ferramenta, permite o fornecimento automático de índices, facilita a verificação da



qualificação econômico-financeira do licitante e, nesse contexto, contribui para a tomada da decisão de forma rápida e segura, melhorando a performance do processo licitatório;

Contador de Prazos (acesso ilimitado): Ferramenta que viabiliza, de modo rápido e intuitivo, a contagem dos prazos licitatórios. Basta registrar as datas referentes ao processo licitatório, que o sistema apresentará uma sequência de prazos, conforme legislação de referência. Dessa forma, possibilita acompanhar e monitorar todos os prazos dos processos licitatórios;

Sollicita Fornecedores (acesso ilimitado): - Disponibiliza pesquisa sobre produtos e serviços, por região, que já tenham sido contratados por algum Órgão/Entidade Pública de todas as esferas, com a indicação dos seus respectivos fornecedores/prestadores de serviço, otimizando, assim, o processo de Contratação. A ferramenta conta com uma base de pesquisa de mais de 800.000 fornecedores;

Banco de Penalidades (acesso ilimitado) - Disponibiliza de forma ágil e eficiente, informações sobre eventuais penalizações a fornecedores/prestadores de serviço, trazendo mais segurança à Administração Pública na hora de contratar.

Sollicita Periódicos (acesso ilimitado): Acesso ao acervo digital da Editora Negócios Públicos, composto das seguintes publicações:

- *Licicon* - Revista de Licitações e Contratos Publicação técnica mensal, com conteúdo completo e exclusivo sobre licitações e contratos. Seções: Pareceres Jurídicos; Respostas Objetivas; Edital comentado; Jurisprudência comentada; Jurisprudência selecionada; Artigos, Legislação e Arena.

- *Revista Negócios Públicos* - Publicação mensal, destinada aos servidores públicos federais, estaduais e municipais, a Revista NP traz temas de extrema relevância para as práticas relacionadas a contratações públicas. Com credibilidade justificada pelo respaldo tanto de renomados especialistas como de prestigiados profissionais que operam diretamente com processos licitatórios, a revista traz conteúdo atualizado sobre Licitações e Contratos, com informações e entrevistas adicionais sobre Concurso Público, Processos Administrativos, entre outros. Conta com as seções Pergunta do mês, Direito e Política e Direto ao Ponto, além de diversas matérias, entrevistas e artigos elaborados por profissionais de renome, relativamente a diversos assuntos de interesse da Administração Pública.

- *Revista O Pregoeiro* - Publicação mensal voltada aos Pregoeiros e Equipes de Apoio que buscam uma ferramenta eficaz de atualização e capacitação, a Revista OP é um guia útil com foco na modalidade licitatória Pregão. Contém notícias, informações técnicas, esclarecimentos na área de contratações públicas, mantendo o servidor antenado com o que há de mais recente em matéria de



Pregão. As seções Pergunta do mês, Divã do Pregoeiro, Direto ao Ponto, Pregão e Painel do TCU, abordam interessantes assuntos relacionados ao Pregão, além de matérias, entrevistas e notícias.

- *Revista Governança* - Publicação trimestral voltada para profissionais de todas as áreas públicas, especialmente aquelas afetas à Gestão Administrativa. A revista veicula matérias voltadas a capacitar os agentes públicos, contribuindo assim para uma Administração Pública mais eficiente, proba e transparente. Para tanto, conta com as colunas Governança das Aquisições e Governança na Gestão de Contratos, além de interessantes artigos e matérias.

Mentoria técnica (6 acessos) – Consiste na prestação de serviços de capacitação interativa em matéria de Licitações e Contratos Administrativos, por meio da exposição dialogada de conteúdo, online e ao vivo, a ser conduzida por um ou mais membros do Corpo Técnico. Será realizada por meio da plataforma zoom, relativamente a temáticas previamente demandadas pelo interessado, a serem pontualmente delimitadas via sistema. Trata-se de auxílio aos gestores e demais servidores atuantes na área de contratações públicas, nos termos adiante especificados.

Plataforma Digital (4 consulentes) - Consultante: quem pode solicitar orientações e mentorias.

3.2. Do regime de execução do contrato no caso de serviço, ou forma de fornecimento

Considerada a especificidade do Objeto, a utilização do mesmo é imediata, não se aplicando etapas, nem cronogramas ou prazos.

3.3 Das obrigações contratuais

3.3.1. A Contratada obriga-se a:

- a) Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento do Contrato;
- b) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério do Contratante, reparar, corrigir e refazer às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, o serviço com objeções, ou que não atenda às especificações exigidas;
- c) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- d) Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;



e) Fornecer as ferramentas, na qualidade e quantidades especificadas, nos termos de sua proposta;

f) Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, a terceiros;

g) Utilizar colaboradores habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

h) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Administração;

i) Instruir seus colaboradores quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

j) Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

k) Não permitir a utilização do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal;

l) Manter durante toda a vigência do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

m) Não transferir a terceiros, que não integrem o seu corpo técnico, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas;

n) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

o) Disponibilizar suporte técnico ao usuário, em horário comercial, seja por meio de telefone ou e-mail, disponibilizando acesso ao contato pela Contratante, bem como os dados do responsável pelo atendimento.

3.3.2. O Contratante obriga-se a:



a) Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato;

b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

c) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

d) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada em relação ao objeto do Contrato;

f) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatada

g) Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

h) Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução do contrato, se não abordadas no Termo de Referência;

i) Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

j) Aplicar à contratada as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis.

3.4. Da dinâmica de execução

A Assinatura de licença para o acesso ao portal eletrônico www.sollicita.com.br, ocorrerá através de login e senha de uso exclusivo, para pesquisa, capacitação, apoio, informação e orientação em Licitações/Contratos Administrativos, durante o período de 12 meses, a ser gerenciada pela Secretaria de Administração.

Havendo necessidade, ocorrerá treinamento ilimitado aos servidores designados para operar o sistema, visando a regular utilização do "serviço" e todas as suas funcionalidades para o melhor



PAPRO202103374V01



aproveitamento de seus resultados.

Os treinamentos e suporte técnico do Sollicita, poderão ser realizados através de vídeo conferência, Zoom, e-mail, chat online e telefone, entre os horários de 8h30 às 17h30 (segunda a quinta-feira) e 08h30 às 16h30 (sextas-feiras), durante a vigência do contrato.

O acesso a plataforma deve ser disponibilizada por meio de acesso web, por site específico, feito através navegadores como Internet Explorer, Mozilla e Chrome, possibilitando sua utilização de forma intuitiva, com fácil navegação, sem a necessidade de transição de muitas abas ou páginas para a obtenção de um relatório, a fim de evitar desperdício de tempo para a finalização da pesquisa.

O acesso através de meios eletrônicos, contará com apoio de serviços técnicos que abarcam consultas de informativos, jurisprudência, legislações, manuais, documentos, editais e consultas/orientações, conforme descrito neste Termo.

O veículo de comunicação eletrônico se dará através do site <https://sollicita.com.br/>.

A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto neste Termo de Referência.

3.5 Dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento dos bens e/ou de prestação de serviços e das demais formas de comunicação

Após a formalização do Termo de Inexigibilidade, será emitida Ordem de Compra / Nota de Empenho, que será enviada ao Contratado por e-mail.

Toda solicitação adicional, relativa à execução do curso objeto da presente contratação, deverá ser encaminhada pelo Contratante ao Contratado por meio telefônico ou digital.

3.6 Do prazo de vigência

O prazo de vigência será de 12 (doze) meses

3.7 Demais prazos

3.7.1 Prazo de execução dos serviços

A prestação do serviço iniciará após a emissão de Nota de Empenho, com a disponibilização de acesso on-line sendo prestados enquanto houver a vigência contratual.

3.7.2. Prazo de garantia dos bens / serviços

A garantia técnica contra problemas na utilização da plataforma, deverá ser assegurada pela



Editora Negócios Públicos durante toda a vigência do contrato, devendo reparar, corrigir e refazer às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, o serviço com objeções, ou que não atenda às especificações exigidas

3.8. Garantia contratual

Não se verifica a necessidade de Garantia Contratual para a viabilidade desta demanda, uma vez que o pagamento se dará por empenho.

3.9. Indicadores de níveis de serviço

A prestação do serviço deverá objetivar manter o maior nível de operacionalidade da ferramenta possível, durante a vigência do contrato, tendo a contratada a responsabilidade da resolução de questões impeditivas ao fornecimento do serviço em prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena da inclusão no item 3.17 Das Sanções.

Ressalta-se, ainda os níveis de serviços dos Pareceres Jurídicos que devem ser elaborados em até 24 (vinte e quatro) horas úteis e as Respostas Objetivas que devem ser respondidas de maneira clara e completa em até 04 (quatro) horas úteis.

3.10. Do recebimento

3.10.1. Do recebimento provisório

Não se aplica, em razão da natureza do objeto.

3.10.2. Do recebimento definitivo

O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente após o acesso on-line, possibilitando à Contratante a verificação da conformidade com as especificações requeridas neste TR e na proposta.

O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência e na proposta, ocasião em que a empresa contratada terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para reparar, corrigir e refazer às suas expensas, o serviço com objeções, ou que não atenda às especificações exigidas.

Na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância devida à Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

Em caso de irregularidade não sanada pela Contratada, a Contratante reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.



3.11. Da forma de pagamento

O pagamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a disponibilização do acesso pela Secretaria de Administração.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente do Contratado, em conta bancária indicada em sua proposta. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada caso exista pendência em relação a regularidade fiscal (Fazendas Federal, Estadual, Municipal, Seguridade Social e FGTS) e trabalhista.

A nota fiscal deverá ser emitida sem rasuras, contendo como beneficiário/cliente o xxx, com sede na xxx, inscrito no CNPJ/MF sob o nº xxx, com a descrição clara do objeto do contrato.

A nota fiscal ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à Contratada, e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos considerados válidos pela Contratante, não respondendo esta por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes

O Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à Contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Contratada, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \cdot I = (6/10) \cdot I = 0,00016438$

365

TX = Percentual de taxa anual = 6%.

É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.



3.12. Classificação orçamentária com a indicação da fonte de recurso do orçamento do órgão e a indicação da nota de reserva

Esta contratação utilizará a seguinte dotação orçamentária:

- Nota de reserva: 2021/449;
- Dotação: 2021/170 – Fundo de Reaparelhamento do Judiciário;
- Programa de Trabalho: 04.102.02.122.421.8670 – Operacionalização das ações administrativas do Poder Judiciário – Apoio indireto à atividade;
- Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00. – Outros serviços de terceiros -Pessoa Jurídica;
- Fonte de Recurso: 0118

3.13. Da transferência de conhecimento

Ocorrerá, caso observar-se necessário pelo TJPA, na forma de treinamento aos servidores portadores da senha e login.

3.14. Dos direitos de propriedade intelectual e autoral

Não se aplica, uma vez que a Editora Negócios Públicos do Brasil LTDA é detentora exclusiva da ferramenta “Sollicita”.

3.15. Da qualificação técnica do profissional

A contratada deverá apresentar comprovação de regularidade fiscal e prova de cumprimento do disposto no inciso XXX III do art. 7º da Constituição Federal, estando adstritos àqueles previstos nos artigos 27 a 31 da Lei no 8.666/1993.

3.16. Dos papéis a serem desempenhados

PAPEL	ENTIDADE	RESPONSABILIDADE
Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato	TJPA	Equipe composta pelo gestor do contrato, responsável por gerir a execução contratual, e pelos fiscais demandante, técnico e administrativo, responsáveis por fiscalizar a execução contratual.
Fiscal Demandante do Contrato	TJPA	Servidor representante da área demandante da contratação, indicado pela referida autoridade competente, responsável por fiscalizar o contrato quanto aos aspectos funcionais do objeto,



		inclusive em relação à aplicação de sanções.
Fiscal Técnico do Contrato	TJPA	Servidor representante da área técnica, indicado pela respectiva autoridade competente, responsável por fiscalizar o contrato quanto aos aspectos técnicos do objeto, inclusive em relação à aplicação de sanções.
Gestor do Contrato	TJPA	Servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato, indicado por autoridade competente do órgão.

3.16.1. Equipe de apoio à contratação

Integrante Demandante

Nome: Cristiane Gaby Coimbra

Matrícula: 154857

Telefone: (91) 32053300

E-mail: cristiane.gaby@tjpa.jus.br

Integrante Técnico

Nome: Andrey Diego da Silva Albuquerque

Matrícula : 141160

Telefone: (91) 32053300

E-mail: andrey.albuquerque@tjpa.jus.br

Integrante Administrativo

Nome: Helen Rose da Silva Saraiva Almeida

Matrícula: 6386-0

Telefone: (91) 3205-3571

E-mail: helen.rose@tjpa.jus.br

3.16.2. Equipe de gestão e fiscalização da contratação



Gestor da Contratação

Nome: Rennan Rodrigues Santos

Matrícula: 67350

Telefone: 98804-5000

E-mail: rennan.santos@tjpa.jus.br

Fiscal Demandante

Nome: Maria Ruth Gomes Green

Matrícula: 20035

Telefone: 99131-1959

E-mail: ruth.green@tjpa.jus.br

3.17. Das sanções

Pela inexecução total ou parcial dos encargos assumidos, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

- Advertência por escrito, quando forem praticadas irregularidades de pequena monta, a critério do CONTRATANTE;
- Multa;
- Suspensão do direito de contratar com administração pública;
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma de Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

O atraso injustificado na execução contratual implicará à CONTRATADA multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor total do contrato, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil após a data fixada para a entrega do produto, até o percentual máximo de 30% (trinta por cento).

Decorrido o limite do subitem anterior e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, sem prejuízo do pagamento de multa, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avenca.



Caso não haja substituição do produto rejeitado pela fiscalização a CONTRATADA ficará sujeita a multa de 1% do valor do contato, por dia decorrido, contados da data da notificação da rejeição.

Passados 15 (quinze) dias sem que a CONTRATADA tenha substituído o produto rejeitado, ficará caracterizada a recusa em realizar a substituição, implicando multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

As multas a que se referem os itens acima serão cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

Os casos de descumprimento das demais obrigações previstas neste Termo de Referência implicarão em multa de 1% (um por cento), calculada por ocorrência e sobre o valor total do contrato.

O atraso, para efeito do cálculo da multa, será contado na forma do item 3.10.2. deste documento, em dias corridos, a partir do vencimento do prazo para entrega do produto, até a data da sua efetivação ou da anulação da nota de empenho.

As multas e outras penalidades aplicadas somente serão relevadas quando devidamente comprovado, por intermédio de documentos contemporâneos à ocorrência de fato gerador, que o fornecedor ou executor do produto não tenha contribuído direta ou indiretamente, em especial:

Em situações de caso fortuito ou de força maior;

Na superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato e

Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração.

4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Em razão da natureza do objeto, não há necessidade de informações complementares, como visita técnica, amostra, selo do inmetro e outros.

Belém, 21 de outubro de 2021.



Cristiane Gaby Coimbra

Integrante Demandante

Andrey Diego da Silva Albuquerque

Integrante técnico

Helen Rose da Silva Saraiva Almeida

Integrante administrativa



PAPRO202103374V01

